

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS DO NOVO CONTEXTO BRASILEIRO

Gabriela Sevilla; Fernando Seffner.

Instituto Federal Farroupilha (IFFar -campus Panambi); Programa de Pós-Graduação em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); gabriela.sevilla@iffarroupilha.edu.br; fernandoseffner@gmail.com

Resumo

No contexto atual do Brasil, em meio a crise política, econômica, social e institucional, emergem um conjunto de ideias e projetos conservadores produzidos por agentes diversos: líderes políticos, líderes religiosos, intelectuais, empresários, cidadãos comuns e até ex-celebridades se unem em grupos de interesse vinculados ao que tem sido chamado de projeto “escola sem partido” e contra a “ideologia de gênero”. Estes projetos se relacionam estreitamente com o contexto mais amplo que vive o país, mas tem como objeto principal a educação, em especial, o trabalho de professoras/es e o que deve ser ensinado ou não nas escolas. Qual o papel do professor/a? Qual o papel da escola? Que currículo se quer construir? A partir destas questões que estão sob forte disputa ideológica há o questionamento de alguns temas que recentemente começaram a ser pautados na educação, a partir da mobilização dos movimentos sociais e dos pesquisadores no contexto de redemocratização do Brasil, além de compromissos internacionais que foram firmados pelo país. Mais especificamente temas como a diversidade cultural, as questões de gênero e sexualidade (respeito às diferentes identidades de gênero e orientação sexual), os direitos humanos e os estudos sobre a questão política e a cidadania. Neste contexto, esta pesquisa visa refletir sobre estas disputas, quem são os agentes interessados e que consequências esse debate pode gerar na educação, mais especificamente na área de sociologia no ensino médio, disciplina que historicamente estuda estes temas e outros assuntos considerados polêmicos e delicados.

Palavras-chave: gênero e sexualidade, ensino de sociologia, currículo, liberdade de ensinar.

Introdução

Esta pesquisa visa analisar o contexto de surgimento dos projetos “Escola sem partido” (ESP) e “contra a ideologia de gênero” dentro de um cenário social, cultural, político e econômico mais amplo e que incide fortemente sobre a área de educação. Tal contexto é o que está em curso desde 2014, no Brasil, com a eleição presidencial daquele ano e a forte polarização política que temos assistido desde então. Outros aspectos importantes são: a retirada dos termos de gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014; a crise econômica e política de 2015, o golpe de 2016 e seus efeitos (a mudança de presidente, de projeto político, de coalização das forças partidárias, etc.) e as fortes denúncias de corrupção que tem abalado os poderes executivo e legislativo do Brasil. Entretanto, cabe salientar que alguns retrocessos ou indícios destas mudanças já estavam em curso anteriormente, como ilustração podemos citar o caso da polêmica contra o Kit

(83) 3322.3222
contato@enlacandosexualidades.com.br
www.enlacandosexualidades.com.br

anti-homofobia, chamado pejorativamente de “Kit-gay”, a polêmica em torno da presidência da comissão de direitos humanos (com a eleição de Marco Feliciano, pastor evangélico que deu declarações polêmicas sobre diversas minorias), o projeto Estatuto da Família, a ascensão de políticos extremamente conservadores (como os membros da família Bolsonaro), entre outros aspectos.

Em termos globais, esse ambiente de retrocesso e crescimento do conservadorismo é visível com o aumento da sensação de intolerância com a diferença, de extremismos, de uma maior visibilidade aos discursos de ódio, com o crescimento da desigualdade, com o preconceito com relação a minorias, os fundamentalismos, a descrença na democracia e a redução do pluralismo democrático. Para enfatizar isso, podemos dar como exemplo os seguintes fatos: a eleição de Donald Trump nos EUA e as recentes manifestações de supremacistas brancos e da extrema-direita nesse país; as eleições europeias de 2017 com disputas acirradas e crescimento de partidos de extrema-direita nacionalistas; a crise com os refugiados na Europa; o Brexit; a Guerra na Síria e o aumento de atentados terroristas relacionados ao Estado Islâmico. No Brasil, percebemos ainda o crescimento de discursos preconceituosos e radicais, contra minorias diversas, inclusive refugiados e estrangeiros, como podemos ver na reação popular contra a nova lei de migração sancionada em 2017, entre outros indícios.

A partir da análise desse contexto, dos projetos em si (ESP e a ideologia de gênero), suas articulações e agentes principais, esta pesquisa visa refletir sobre as consequências desse processo e dessas disputas em curso para a escola, para o trabalho do professor/a e para o currículo, os possíveis retrocessos provenientes do avanço desse pensamento para a construção de uma escola plural, laica, democrática e que forme cidadãos capacitados a lidar com as diferenças próprias do espaço público e republicano.

O foco de análise será a disciplina de sociologia no ensino médio, entendida como uma área do conhecimento que se dedica à compreensão da sociedade e de sua estrutura, a partir da reflexão crítica e da problematização dos fenômenos sociais. Sendo assim, esta disciplina aborda temas considerados polêmicos e que têm sido alvo de censura por parte destes projetos conservadores. Além disso, esta pesquisa se interessa pelas estratégias e possibilidades de resistência a estes movimentos reacionários.

Metodologia

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

Como estratégias metodológicas são utilizadas a análise de documentos sobre o tema (projetos, leis, material retirado de sites e redes sociais utilizados por estes grupos na internet, matérias jornalísticas sobre o assunto, etc.); além disso, serão analisados os documentos referentes à legislação educacional. Posteriormente, serão realizadas entrevistas com professores de sociologia da educação básica, entrevistas com professores engajados em movimentos que se opõe ao Escola sem partido e ao movimento contra a ideologia de gênero (como por exemplo, as frentes Escola sem mordaza; professores contra o escola sem partido, e o movimento escola democrática, entre outros), observações nas escolas e análise de materiais didáticos, tais como livros, sites e blogs.

Resultados e discussão

O contexto político, econômico, social e cultural do Brasil atual é altamente complexo. Vivemos uma forte crise (política, econômica e institucional) e um retrocesso em diversos âmbitos da sociedade com a ascensão de movimentos conservadores e a propagação de projetos como os analisados. As repercussões desse cenário atingem em cheio a educação. A escola é um dos campos onde a disputa ideológica entre diferentes projetos de nação se explicita e se torna mais aguda.

No plano social mais amplo temos diversas alterações em curso: a PEC 55 do teto de gastos públicos, a reforma trabalhista e da previdência, a terceirização de atividades fins, além das mudanças de direção no âmbito econômico, das relações internacionais, na educação, entre outros. Nesta última área, que nos interessa mais especificamente aqui, temos diversas mudanças como a recente aprovação da reforma do ensino médio que altera a Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB), a Base Nacional comum curricular (BNCC), que já foi apresentada para a educação infantil e o ensino fundamental; a BNCC do ensino médio que servirá de lastro para o “novo ensino médio” ainda está sendo construída, entre outras mudanças.

Sobre essas propostas e alterações de leis paira uma sombra chamada “Escola sem partido” e a “ideologia de gênero”. A escola sem partido (ESP) se apresenta na forma de um conjunto de ideias conservadoras transformada em projeto de lei e que tem se replicado em diversos municípios, estados e na esfera federal, sendo apresentada e apoiada por muitos políticos, de partidos diversos (PMDB, PSDB, PR, PP, PSC...), grupos religiosos, entre outros ativistas, empresários, etc. Basicamente, tal projeto¹ consiste em censurar o professor e restringir o trabalho docente e o papel

¹ Muitos autores têm se dedicado a críticas e expor as estratégias do ESP e da ideologia de gênero em entrevistas, artigos científicos, colunas de jornais e revistas, vídeos, sites, páginas de redes sociais, livros, palestras e debates, boa parte dessa produção serve de

da escola, incentivando alunos e pais a denunciar o professor (via exposição pública na internet e via notificações extrajudiciais, cujo modelo pode ser retirado do site do movimento e ONG) que ensinar temas considerados por eles polêmicos e sensíveis, ou seja, aqueles que possam ferir ou ir contra os valores morais dessas famílias. Além disso, embora se digam sem partido ou neutros, uma forte ideia que embasa seu discurso, expressa em seu site, nas redes sociais e nos discursos de seus representantes, é que a escola e seus docentes seriam “esquerdistas” e doutrinadores de ideais comunistas (sic) e afins, que teriam por finalidade destruir a família tradicional e os valores religiosos hegemônicos, a saber, cristãos (católicos e neopentecostais).

Outro ponto importante para o ESP é associar o projeto que eles combatem à figura do partido dos trabalhadores (PT), expondo o forte viés ideológico e partidário do movimento e de seus apoiadores. Também partem do pressuposto de que o aluno é uma tábua rasa, sem reflexão, que apenas absorve e aceita tudo que é “transmitido” pelo professor, sem reflexão ou capacidade crítica. A formação docente, a universidade e importantes intelectuais são desqualificados, tendo como alvo principal Paulo Freire, mas também sobram generalizações rasas e sem fundamentação em pesquisas sobre o caráter da formação docente, sendo citados também autores como K. Marx, F. Engels, A. Gramsci, entre outros. Um dos pressupostos básicos deste projeto é defender que o professor não é um educador², mas apenas um sujeito que está ali para servir aos alunos e que deve apenas “passar” os conteúdos (considerados importantes e “neutros”), como se o processo de ensino fosse algo meramente técnico e burocrático. Há um claro esvaziamento da ideia do que é educação e qual a sua finalidade, se criticando a noção de escola que ensina valores importantes e fundamentais para a vida em sociedade, atribuindo a esta instituição apenas o caráter de instruir os alunos com conhecimentos “úteis” e restritos. O/a professor/a, o currículo e a escola, estão sendo atacados. A escola nessa perspectiva não deve ser um local de convívio entre as diferenças, um ambiente público e laico. Mas tal projeto, nesse contexto antes mencionado, não ataca somente a escola, mas afronta os valores republicanos e democráticos de uma forma ampla, começando pela educação.

As questões de gênero e sexualidade têm sido utilizadas pelo ESP e seus apoiadores como um catalisador de forças que expressa, no que é chamado por eles de “ideologia de gênero”, uma de

embasamento a este artigo, em especial: Fernando Penna, Gaudêncio Frigotto e Jimena Furlani. Entre os livros destacam-se: A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso (disponível em <https://ctbeducars.files.wordpress.com/2017/05/livro-escola-sem-partido.pdf>) e o Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira, entre outros textos.

² Baseados no livro “Professor não é educador” de Armindo Moreira, entre outras concepções.

suas principais preocupações. Este tema se tornou uma bandeira, um marco, um dos principais inimigos que estes grupos conservadores têm. A união entre o ESP e os grupos que propagam e combatem a “ideologia de gênero” deu força a estes dois movimentos. É importante frisar que a “ideologia de gênero”, em resumo, é uma ideia que nasceu junto à igreja Católica nos anos 90 e que no Brasil tem encontrado ancoradouro na mesma igreja Católica e em igrejas Evangélicas, em especial as chamadas Neopentecostais. A terminologia “ideologia de gênero” não é utilizada por teóricos desta área de estudos e expressa um conjunto de ideias deturpadas ou propositalmente confusas utilizadas para combater as reflexões sobre estas temáticas, a problematização desses assuntos e a luta por direitos e mudanças sociais.³ Algumas das ideias equivocadas que propagam é que falar sobre gênero, sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual incentivaria as crianças e jovens a serem homossexuais, a mudar de sexo/gênero e alguns boatos e acusações associam estas discussões à questão da pedofilia⁴. Dessa forma, é evidente que querem gerar medo e ódio na população, caracterizando aquilo que foi chamado por alguns autores de pânico moral.

O pânico moral, segundo a proposta de análise de Miskolci (2006)⁵, é percebido como um mecanismo de resistência e controle da transformação societária que emerge do medo social com relação às mudanças, em especial as consideradas repentinas e por isso mais ameaçadoras (2006, p.103). Para o sociólogo, o conceito de pânico moral ajuda a compreender a disputa pelos limites morais da sociedade e a determinação do que é aceitável ou não. “Os pânicos morais exprimem de forma culturalmente complexa as lutas sobre o que a coletividade considera legítimo em termos de comportamento e estilo de vida” (Miskolci, 2006, p. 111).

No geral, os pânicos morais estão baseados no medo e se vinculam às mudanças no que se refere a concepções idealizadas de família e casamento, por exemplo. Ambas instituições estão sofrendo constantes transformações nas últimas décadas, fruto de um conjunto amplo de fatores⁶,

3 Ver mais sobre isso no canal da profa. Jimena Furlani no youtube https://www.youtube.com/watch?v=sE0Zh_fOU1° e na página do facebook https://www.facebook.com/PapoDeCorujas/?hc_ref=SEARCH

4 Ver boatos contra o deputado Jean Willys, em especial a questão da pedofilia, no site <http://jeanwyllys.com.br/wp/verdade-ou-mentira#09>. Miskolci (2007), afirma que historicamente grupos estigmatizados foram vistos como um perigo para as crianças, no caso específico dos gays, a acusação geralmente é de pedofilia.

5 Por sua vez, este autor retoma as discussões feitas pelo sociólogo britânico Cohen, que cunhou o conceito na década de 60, a utilização deste conceito posteriormente nos EUA e na Inglaterra (pelos Estudos culturais, década de 70) e a problematização da antropóloga Gayle Rubin, no clássico texto *Thinking Sex* do final dos anos 70.

6 Intensas transformações sociais e culturais ocorreram no mundo ocidental a partir dos anos 60 e 70 e modificaram as relações afetivas e sexuais, a concepção de família, etc. (contracultura, movimento feminista, hippie, movimento estudantil e operário, etc.). No Brasil, este período foi marcado pela forte repressão da ditadura civil-militar. Mais recentemente, as questões LGBT têm ganhado espaço na mídia de modo geral e na publicidade, além da emergência de

mas a associação ao movimento LGBTTTQI e aos movimentos feministas é muito forte, ambos são vistos como inimigos das famílias, ou seja, responsáveis por essas transformações percebidas como indesejadas e que devem ser evitadas. Dessa forma, podemos ver como desponta a defesa da “família tradicional”, aquela que mantém a hierarquia de gênero, o modelo heteronormativo, os papéis determinados aos gêneros, etc. mesmo que essa concepção de família tradicional encontre pouco aporte na realidade.

Por essa razão, nos parece interessante utilizar o conceito de pânico moral para pensar a articulação entre o ESP e a chamada “ideologia de gênero”, pois foi a partir da defesa da família (das crianças, jovens, dos direitos dos pais) e dos valores religiosos que esse discurso se fortaleceu e se expandiu. Nos parece ainda que há uma articulação mais ampla de grupos contrários às diversas transformações sociais que ocorreram no Brasil nos últimos anos, porque, embora o foco seja a questão de gênero/sexualidade, entre os apoiadores desses movimentos encontramos também agentes envolvidos em casos de racismo, além de propagadores de ódio contra as minorias e críticos dos direitos humanos, como é o caso dos políticos da família Bolsonaro, do deputado Marco Feliciano, entre outros. Assim, podemos pensar que eles se articulam estrategicamente a partir do pânico moral, relacionado à sexualidade, ao gênero e à família, mas formam um grupo amplo e diversificado de pessoas contrárias às muitas transformações sociais recentes e ainda incipientes no Brasil, pois também contam entre seus apoiadores com alguns membros das elites, corporações da área de educação, entre outros, formando um grupo de interesse heterogêneo e complexo.

“O estudo de pânicos morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, pois pânicos morais nunca são espontâneos” (Miskolci, 2006, p. 114/115). É fundamental destacar que tanto o ESP como a chamada ideologia de gênero propagada no Brasil não apresentam base teórica e nem aprofundam suas ideias, não explicam o que entendem por “ideologia”, por exemplo. O projeto de lei criado pelo ESP é bastante vago e tem sido considerado inconstitucional em instâncias superiores, mas já havia sido aprovado em algumas câmaras municipais e no estado de Alagoas, por exemplo, como o nome de “Escola Livre” em 2016. Entretanto, depois do veto do governador e da derrubada do veto por parte da assembleia legislativa, o ministro do Supremo Tribunal Federal

uma nova onda feminista e de novas formas de protestar, fortalecimento das lutas do movimento negro, etc. todo esse panorama é utilizado pelos “conservadores” para ressaltar o problema, crise ou medo que eles dizem que esses grupos e movimentos representam: ameaça a família, aos valores tradicionais e as questões religiosas. Para mais informações sobre o contexto contemporâneo e suas implicações para as relações de gênero e diversidade sexual, ver Nardi (2013).

(STF), Luís Roberto Barroso, já em 2017, suspendeu em decisão liminar o projeto alagoano, seguindo o parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de Outubro de 2016, que afirma que “não caberia ao Legislativo de Alagoas inovar no ordenamento jurídico e prever princípios gerais para a educação, mormente quando distintos daqueles da lei nacional”. Dessa forma, não seria papel dos estados e municípios legislar sobre a matéria de competência federal, mas sabemos que projetos similares estão sendo encaminhados por todo o Brasil, gerando polêmicas.

A principal estratégia dos movimentos Escola sem partido e contra a Ideologia de gênero é disseminar suas ideias por meio de imagens, vídeos e bordões, disponíveis em seus sites, blogs e páginas das redes sociais, mas também divulgados por seus apoiadores em sites, páginas e blogs de parceiros, entre outras ações. Essas imagens, “memes” e frases utilizadas usam uma linguagem bem próxima ao senso comum, pois oferecem o que eles afirmam ser o principal problema da educação brasileira (doutrinação política e ideologia de gênero) e oferecem também a solução (o projeto Escola sem partido e sem discussão de gênero e sexualidade) de maneira bastante simplista. Também incitam a denúncia, a delação e o medo, frequentemente partem para a agressão e para a desqualificação daqueles que lhes criticam (na mídia alguns destes fatos têm sido divulgados), têm entre seus seguidores inclusive “celebridades”, como o ex-ator Alexandre Frota, e possuem relações bastante próximas com políticos e com o ministro da educação atual, Mendonça Filho, sendo frequentemente recebidos no Ministério da Educação (MEC) e em audiências e comissões legislativas⁷.

Em relação ao ensino de sociologia e as possíveis implicações desses projetos e das ideias que os embasam para a abordagem da disciplina no ensino médio é importante destacar que a sociologia está implicada, acompanhada dos outros componentes curriculares da área de humanas (história, geografia e filosofia), na formação integral dos alunos visando a cidadania.

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos

⁷ As repercussões do ESP e da “ideologia de gênero” tem sido amplamente destacadas na mídia, em especial a tramitação dos projetos nos âmbitos federal, estadual e municipal, as audiências públicas e os protestos, tanto dos que apoiam estas iniciativas, quanto daqueles que são contrários a estes projetos. Além disso, notícias sobre a perseguição de professores, em especial da área de humanidades, também tem sido divulgadas.

relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. (BRASIL, p.37, s/d).

Dessa forma, na medida em que se proíbe ou restringe a abordagem de determinados temas e fatos que fazem parte da vida social e da realidade brasileira, tal como desejam o ESP e os grupos contrários à “ideologia de gênero”, se restringem também as possibilidades de análise e compreensão do contexto que cerca o estudante e as possibilidades do professor/a de abordar estes fenômenos sociais, comprometendo o aprendizado e a formação integral com vistas a cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preconiza nossa constituição federal de 1988, em seu preâmbulo.

Ratier destaca que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN),

cidadania deve ser compreendida como “participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais”. Sua adoção no dia a dia se exprime em “atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (RATIER, 2016, p. 33).

A sociologia em conjunto com as demais áreas que formam as ciências sociais, a antropologia e a ciência política, que devem também ser contempladas durante o processo formativo, contribuíram muito, ao longo de sua história, para o estudo dos temas de gênero, sexualidade, identidades, preconceitos e discriminação das mais diversas ordens atuando para a compreensão destes fenômenos. Sendo assim, sua contribuição é fundamental em discussões que são cada vez mais centrais nas escolas contemporâneas, pois remetem à violência e a evasão escolar, já que racismo, sexismo, machismo, homofobia e exclusão social são fortes componentes das agressões físicas, verbais e via meios digitais e internet as quais os jovens estão submetidos e que se potencializam na escola. Negar a problematização de temas tão presentes na vida cotidiana dos estudantes é não querer que se pense e mude as realidades excludentes e injustas. Delegar ou defender que apenas a família deve abordar esses assuntos, considerados de caráter moral, na maioria das vezes ancorados em preceitos religiosos, vai de encontro ao Estado Laico, além de ser um discurso altamente ideológico, muito distante de ser neutro ou apartidário como defendem os adeptos do ESP.

Conclusões

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br

A partir desse contexto resumido acima, são analisadas nesta pesquisa as consequências desses projetos e da disputa ideológica e política surgida a partir daí em torno do currículo escolar, do papel do professor/a e de que escola queremos construir. Mais especificamente nos interessa refletir sobre as repercussões desses projetos e seu contexto no ensino de sociologia no ensino médio, disciplina da área de ciências humanas particularmente imbuída de contribuir para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações, onde todos sejam respeitados e tenham os mesmos direitos, como prevê nossa constituição.

Esta preocupação se justifica na medida em que os conteúdos principais que compõem o componente curricular da sociologia são alvo das críticas e acusações do ESP e da “ideologia de gênero” e muitos professores de sociologia estão sendo alvos de críticas, denúncias e perseguições por abordar estas temáticas próprias de sua área e fundamentais para a construção de uma escola e uma sociedade mais democrática.

Além de problematizar e questionar tais projetos e ideias, também é fundamental dar visibilidade as resistências e contradiscursos que surgem a partir destes movimentos reacionários e contribuir para a construção de uma proposta de educação e de escola cada vez mais democrática e plural, onde as diferenças sejam respeitadas e a equidade de tratamento (independente da classe, do gênero, da raça/etnia, da orientação sexual, do pertencimento religioso, e do local de moradia, entre outros fatores) dos estudantes seja um compromisso real.

Agradecimentos

Agradeço as instituições que tornaram possível minha participação neste evento por meio de incentivo e auxílio, o PPGEdU/UFRGS e o Instituto Federal Farroupilha – *campus* Panambi.

Referências

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acessado em 22 de Maio de 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. LPP/UERJ, Rio de Janeiro: 2017.

GOMES, Rodrigo. Ministro do STF decide pela suspensão de lei alagoana baseada no Escola sem Partido. In: Rede Brasil atual. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/03/ministro-do-stf-decide-pela-suspensao-de-lei-alagoana-baseada-no-escola-sem-partido> Acessado em 20 de Agosto de 2017.

(83) 3322.3222
contato@enlacandosexualidades.com.br
www.enlacandosexualidades.com.br

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controles sociais: reflexões sobre o casamento gay. In: *cadernos pagu* (28), janeiro-junho de 2007:101-128.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. LPP/UERJ, Rio de Janeiro: 2017.

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o “Escola sem partido”. In: A ideologia do movimento escola sem partido. Ação educativa; São Paulo: 2016.

SEFFNER, Fernando; PICHETTI, Yara. A Escola pública brasileira e seu compromisso com a diversidade de gênero e sexualidade. In: Educação para a sexualidade. Cadernos pedagógicas da EAD, Volume 23. Editora da FURG, Rio Grande: 2014.

(83) 3322.3222

contato@enlacandosexualidades.com.br

www.enlacandosexualidades.com.br